

Após visita do petista ao território indígena, onde culpou antecessor pela crise sanitária local, ex-presidente reage a "mais uma farsa da esquerda" e lista ações do seu governo

Ianomâmis geram nova disputa Lula x Bolsonaro

Brasília – A presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no território ianomâmi, em Roraima, no sábado e as acusações dele e outros petistas a Jair Bolsonaro e ao governo anterior geraram nova guerra de narrativas entre ambos. A reserva indígena vive grave sanitária, com mortandade de crianças e adultos por doenças como a malária, desnutrição e também avanço do garimpo ilegal. Em meio à troca de acusações, o ministro da Justiça, Flávio Dino, informou que a Polícia Federal abriu inquérito para investigar se houve crimes de genocídio e ambientais. Hoje, uma equipe da Força Nacional do SUS (Sistema Único de Saúde) chegará a Boa Vista com 13 profissionais, para montar um hospital de campanha para prestar assistência emergencial. As imagens da tragédia ianomâmi, divulgadas no sábado, causaram grande repercussão nas redes sociais, inclusive no exterior. E despertaram onda de solidariedade, com mobilização de setores da sociedade civil para enviar ajuda.

Quatro deputados federais do PT acusam formalmente Jair Bolsonaro e a ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares Alves, de "genocídio" contra o povo ianomâmi. Ontem, o grupo, que inclui o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT), enviou ao Ministério Público Federal (MPF), pedido de abertura de procedimento de investigação criminal. Os presidentes da Fundação Nacional do Índio (Funai) da gestão anterior também são citados. Além de Reginaldo, assinam a solicitação Zeza Diretu (PT), Aletcar Santana (SP) e Maria do Rosário (RS). Segundo eles, Bolsonaro é responsável por "autORIZAR, incentivar e proteger o garimpo ilegal" nas terras ianomâmi e em outras áreas da Amazônia.

Já Flávio Dino informou que irá determinar abertura de inquérito para apurar se houve crimes de genocídio e ambientais e entender as razões dos altos níveis de desnutrição e precariedade. "O presidente Lula determinou que as leis sejam cumpridas em todo o país. E vamos fazer isso em relação aos sofrimentos criminosos impostos aos ianomâmi. Há fortes indícios de crime de genocídio, que será apurado pela Polícia Federal", declarou Dino.

Acompanhado por comitiva de ministros, Lula esteve no território indígena no sábado e prometeu combate ao garimpo ilegal, apoio à saúde dos ianomâmi e acusou Bolsonaro. "É desumano o que vi aqui. O presidente que deixou a Presidência esses dias, se, em vez de fazer tanta motociata, tivesse vergonha e viesse aqui uma vez, quem sabe esse povo não tivesse tão abandonado como está", protestou.

Pelo Telegram, Bolsonaro reagiu em duas postagens com fotos dele em território ianomâmi durante seu governo. Na primeira diz: "OMS enaltece atenção a indígenas no Brasil e atendimento a vulneráveis na pandemia. O combustível da esquerda é a mentira e a pregação da desunião. Autoridades destacaram o índice de vacinação entre povos indígenas, que superou a marca dos 80% de imunizados. Em encontro com o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, em Genebra (Suíça), a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, destacou os avanços na vacinação de povos tradicionais contra a COVID-19 e ouviu elogios sobre a atuação do Brasil no enfrentamento à pandemia".

Na segunda postagem, ele afirma: "Contra mais uma farsa da esquerda, a verdade! De 2020 a 2022, foram realizadas 20 ações de saúde que levaram atenção especializada para dentro dos territórios indígenas, especialmente em locais remotos e com acesso limitado. Foram beneficiados mais de 449 mil indígenas com 60 mil atendimentos. O governo federal encaminhou 971,2 mil unidades de medicamentos e 586,2 mil unidades de equipamentos de proteção individual (EPI), totalizando 1,5 milhão de itens enviados para essas operações".

Damares Alves também se defendeu dizendo que não houve omissão. "O ministério, num grande esforço, e com o apoio de outros órgãos, entregou o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças, inclusive re-



RICARDO SUCHEBEL/PR

“

É desumano o que vi aqui. O presidente que deixou a Presidência esses dias, se, em vez de fazer tanta motociata, tivesse vergonha e viesse aqui uma vez, quem sabe esse povo não tivesse tão abandonado como está”

■ Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, em declaração durante visita ao território ianomâmi, no sábado



MARCOS CORRÊA/PR

“

Contra mais uma farsa da esquerda, a verdade! De 2020 a 2022, foram realizadas 20 ações de saúde que levaram atenção especializada para dentro dos territórios indígenas, especialmente em locais remotos e com acesso limitado”

■ Jair Bolsonaro, ex-presidente do Brasil, em declaração pelo Telegram, no lado de sua foto com ianomâmis

conhecendo a desnutrição como uma das mais terríveis violências contra elas, propondo ações. O plano passou a ser executado priorizando três áreas indígenas e uma delas é a área Yanomâmi. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a Fundação Nacional do Índio (Funai) trabalharam muito no governo Bolsonaro, não houve omissão”, escreveu ele no Twitter.

“No governo Bolsonaro, a política indigenista era executada em três ministérios: Educação, Saúde e Justiça. Ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos cabia receber denúncias de violações de direitos dos indígenas e encaminhá-las às autoridades responsáveis”, falou. “Enviamos ofícios aos órgãos responsáveis para solicitar atuação e recebemos relatórios das equipes técnicas, as quais informaram as providências tomadas”, completou.

ASSISTÊNCIA Além do hospital de campanha, o Ministério da Saúde informou, ontem, que estuda acelerar a publicação de um edital do Programa Mais Médicos para recrutar profissionais formados no Brasil e no exterior para atuação no território ianomâmi. A medida é uma das ações da Sala de Situação, criada para apoiar ações de enfrentamento à desassistência sanitária dos povos ianomâmi. “Tínhamos um edital só para brasileiros. Só em seguida que faríamos um edital para brasileiros formados no exterior e, depois, para estrangeiros. Frente à necessidade de levarmos assistência à população dos distritos indígenas, especialmente aos Yanomâmi, queremos fazer um edital em que todos se inscrevam de uma única vez”, explicou o secretário de Atenção Primária à Saúde, Nésio Fernandes.

MORTE POR DESNUTRIÇÃO

A mulher da comunidade cataraó, que teve a foto divulgada para alertar sobre a crise humanitária e sanitária no território ianomâmi, não resistiu ao grave quadro de desnutrição. A informação foi divulgada ontem pela associação ianomâmi Urhi. A organização pediu que a imagem dela não seja mais usada, em respeito à cultura do seu povo. Quando uma pessoa morre, não se fala mais o nome dela, todos os pertences são queimados e as fotos deixam de ser divulgadas, informou a entidade.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3